

ISSN: 2178-602X

Artigo Seção Livre
Volume 19, Número 2, mai-agosto de 2025Submetido em: 05/02/2025
Aprovado em: 22/04/2025

Jornalismo declaratório e tipologia das declarações: asserções avaliativas, descritivas e prescritivas

Journalism of assertion and typology of statements: evaluative, descriptive and prescriptive assertions

Periodismo declarativo y tipología de enunciados: aserciones evaluativas, descriptivas y prescriptivas

Rafaela POLLACCHINNI ¹
Marcia BENETTI ²

Resumo

Este artigo discute o jornalismo declaratório e propõe uma tipologia das declarações. Para compreender o funcionamento desse jornalismo, tomamos como objeto empírico 258 títulos baseados em declarações publicados pela *Folha de S. Paulo* ao longo de outubro de 2022. Por meio da análise do discurso e do conceito de destaque, problematizamos a responsabilidade dos veículos na disseminação de informações incompletas, ambíguas ou falsas e na validação pública de alegações que interessam sobretudo aos declarantes. Demonstramos ainda as características e o funcionamento de três tipos de declarações destacadas nos títulos jornalísticos: as asserções avaliativas, descritivas e prescritivas.

Palavras-chave: jornalismo declaratório; declaração; discurso; títulos; destaque

Abstract

This article discusses journalism of assertion and proposes a typology of statements. To understand the functioning of this journalism, we took as an empirical object 258

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Bacharela em Jornalismo pela UFRGS. Membro do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (Nupejor - UFRGS/CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7659-4500>. E-mail: rafa.pollacchinni@gmail.com

² Professora titular do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Líder do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (Nupejor - UFRGS/CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1621-8421>. E-mail: marcia.benetti@gmail.com



titles based on statements published by Folha de S. Paulo throughout October 2022. Through discourse analysis and the concept of detachment, we problematize the responsibility of media outlets in the dissemination of incomplete, ambiguous or false information and in the public validation of allegations that are of particular interest to declarants. We also demonstrate the characteristics and functioning of three types of statements highlighted in journalistic titles: evaluative, descriptive and prescriptive assertions.

Keywords: journalism of assertion; assertion; discourse; journalistic headlines; detachment

Resumen

Este artículo discute el periodismo declarativo y propone una tipología de enunciados. Para entender el funcionamiento de este periodismo, tomamos como objeto empírico 258 títulos basados en declaraciones publicadas por Folha de S. Paulo a lo largo de octubre de 2022. A través del análisis del discurso y el concepto de destacamento, problematizamos la responsabilidad de los medios de comunicación en la difusión de información incompleta, ambigua o falsa y en la validación pública de denuncias que son de particular interés para los declarantes. También demostramos las características y el funcionamiento de tres tipos de enunciados destacados en los títulos periodísticos: las afirmaciones evaluativas, descriptivas y prescriptivas.

Palabras clave: periodismo declarativo; declaración; discurso; títulos; destacamento.

Introdução

Este artigo discute um tipo de jornalismo que se convencionou chamar de “declaratório”, porque está fundado nas declarações das fontes. Estamos preocupadas especialmente com a responsabilidade do jornalismo ao produzir títulos que, devido às particularidades do ambiente digital, acabam circulando sozinhos e sem contextualização nas plataformas. Quando esses títulos carregam informações incompletas, ambíguas ou até falsas, contribuem fortemente para a desordem informativa que caracteriza o cenário contemporâneo.

Nossos objetivos são caracterizar o jornalismo declaratório, discutindo seus fundamentos, e propor uma categorização das declarações. Chegamos à proposta dessas categorias e a suas características a partir da análise de 258 títulos publicados no jornal *Folha de S. Paulo* de 1º a 31 de outubro de 2022. Pretendemos, com este artigo, oferecer uma grade que permita compreender os tipos e as propriedades das declarações presentes no jornalismo declaratório.



O texto dialoga com outras pesquisas sobre jornalismo declaratório (Araújo, 2023; Chagas, 2022; Chagas; Cruz, 2022a, 2022b; Cruz, 2022; Henriques, 2020a, 2020b, 2021; Marriott, 2007; Oliveira, 2018; Silva, 2022) e com trabalhos sobre a proeminência das declarações em um cenário de desinformação (Araújo; Teixeira, 2023; Barsotti, 2023; Cruz; Karkhawi, 2023; Gehrke et al, 2023; Santos et al, 2021; Saraiva; Zago, 2021).

Na primeira parte, abordamos o jornalismo baseado em declarações, os conceitos de objetividade e contextualização, bem como o papel das fontes. Em seguida, discutimos a importância dos títulos jornalísticos, especialmente diante dos riscos da desinformação, e a estratégia discursiva do destaque. A terceira seção traz os procedimentos metodológicos que adotamos para construir o corpus e analisar o objeto empírico. Por fim, apresentamos uma proposta de categorização das declarações. Identificamos três tipos principais – asserções avaliativas, descritivas e prescritivas –, tratamos de suas características, apresentamos exemplos ilustrativos e debatemos o funcionamento dessas declarações.

Jornalismo declaratório

Apesar de ainda existir uma lacuna teórica quanto à definição de jornalismo declaratório, podemos dizer, de forma geral, que ele se caracteriza pela elaboração de notícias baseadas exclusivamente em declarações de fontes e por não verificar se o que está sendo dito corresponde à realidade (Henriques, 2020b). Juarez Bahia (2010) assim define jornalismo declaratório:

Em oposição a jornalismo investigativo, é aquele que se baseia exclusivamente na opinião alheia, na entrevista, ou em fontes acessórias, deixando de publicar revelações e de mostrar os bastidores dos acontecimentos. Caracteriza-se por pretender contar tudo, em lugar de escolher o essencial pela triagem do noticiário, e por transformar a informação publicada numa simples coletânea de assuntos. Sua fórmula de redação habitual é: declarou que, disse que, segundo ele etc. (Bahia, 2010, p. 213)

O jornalismo declaratório sem contextualização é uma distorção do fazer jornalístico. Ele transforma as declarações em fatos, e o papel de mediar, investigar e explicar as informações aos leitores torna-se secundário ou até mesmo inexistente. Quando a atividade jornalística é reduzida a colocar aspas em uma notícia ou relatar um pronunciamento de forma indireta, o jornalismo afasta-se das suas finalidades



(Reginato, 2019) e deixa de cumprir o papel social que o distingue de outras instituições.

A adoção de uma concepção equivocada de objetividade exerce um papel importante no funcionamento do jornalismo declaratório, ainda que não seja fácil determinar o que significa ser objetivo (Henriques, 2021). Esse conceito é significativo porque ele tem servido de justificativa para o jornalismo declaratório, como se reproduzir uma declaração fosse um modo de objetividade, uma atitude distanciada e neutra pela qual o jornalismo não precisaria se responsabilizar.

Apesar da imprecisão que muitas vezes permeia esse conceito, é possível definir objetividade jornalística como a *adequação à realidade*. Nessa perspectiva, a objetividade é compreendida como a produção da correlação entre a realidade midiática e a realidade social (Sponholz, 2009). Para produzir tal conexão, a observação da realidade pelos jornalistas deve seguir regras que contribuam para evitar uma percepção falsa. Essa concepção pressupõe a existência de uma realidade primária, de um mundo exterior que não depende do sujeito conhecedor para existir. Também pressupõe o acesso a essa realidade primária.

Conforme explica Sponholz (2009), a realidade midiática é o resultado do processo de produção do jornalismo, que se baseia no conhecimento do jornalista sobre a realidade social. Isso significa que o produto de um processo de conhecimento não é nem espelhamento, nem invenção ou construção, mas sim uma reconstrução da realidade.

Essa percepção de objetividade – à qual nos filiamos – advém da noção de que o jornalismo, como um tipo de conhecimento, atua como mediador entre os fatos e o público. O papel de realizar a mediação singulariza ainda mais a função que a atividade exerce na sociedade:

Objetividade é uma condição sine qua non para a mediação de informações. Se não é possível estabelecer uma relação entre ambas as realidades, não é possível transmitir informações. Se esta relação não existe, é necessário abandonar a tarefa informativa do jornalismo e assumir todas as consequências publicísticas e políticas que isto significa (Sponholz, 2003, p. 111).

Dois fatores fomentam o jornalismo declaratório de modo mais direto: *a dependência das fontes* e *as declarações transformadas em fatos*. As rotinas de produção – pressão de publicar os conteúdos rapidamente, impossibilidade de



verificar as informações em alguns casos, equipes reduzidas – também contribuem para o fortalecimento desse jornalismo.

Os acontecimentos que são transformados em notícia não podem ser representados de forma desordenada, eles devem ser trazidos ao campo dos significados. O jornalismo só produz conhecimento sobre o mundo quando submete os acontecimentos a um processo de contextualização, e, para que haja contextualização, é preciso que o jornalista faça perguntas (Lückman, 2020).

No caso do jornalismo declaratório, em que a própria declaração é tratada como um acontecimento, o fornecimento mínimo de contexto é essencial. O jornalismo não pode se abster dos seus deveres em nome de uma percepção enganosa de objetividade. Não basta que o jornalista “repasse” a declaração ao leitor, como se não tivesse responsabilidade sobre a circulação de seu teor. Isso é especialmente importante no caso de declarações falsas, inexatas ou meramente especulativas. Alegar que o texto é objetivo porque corresponde a um fato (afinal, a declaração foi feita) é reduzir a objetividade a uma camada puramente textual, sem chegar à correspondência entre a declaração e a realidade social – e esta correspondência, sim, diz respeito à verdade.

Moretzsohn (2007) classifica como “jornalismo de mãos limpas” esse processo de mediação que se legitima ao ocultar-se a si próprio. Nesse cenário, a imprensa apenas relata fatos e não teria qualquer influência e interesse sobre o que divulga: o jornalista consulta suas fontes, repassa as informações e lava as mãos. Assim, o jornalismo recorre à metáfora do “mensageiro”, em que busca isentar-se das responsabilidades sobre o noticiário que produz.

Como lembram Hall et al (1993, p. 228), os jornalistas dependem “de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis”. Essas fontes regulares podem ser oficiais – ocupantes de cargos em organizações públicas ou privadas – ou pessoas muito bem situadas em um campo específico, como, por exemplo, um médico, um jurista ou um ex-governador. São o que Hall et al chamam de “fontes poderosas”, que ocupam posições de prestígio e têm acesso aos jornalistas.

Atualmente, as redes sociais são utilizadas por personalidades e instituições como canais oficiais de comunicação. Políticos, especialistas e celebridades fazem declarações incessantemente, às vezes com repercussão quase imediata no próprio ambiente digital, e acabam pautando as redações. O jornalismo é obrigado a monitorar



essas contas e se vê constrangido a validar o interesse demonstrado pelas redes. Se uma declaração repercute nas redes e vira um dos “assuntos do momento”, dificilmente poderá ser ignorada pelos jornalistas – ainda que se reconheça a possibilidade de aquela repercussão ter sido impulsionada por contas falsas e robôs.

Ao abordar as fontes como entidades interessadas, Gomis (2004) ressalta que elas atuam para que alguns fatos sejam conhecidos, por meio de uma comunicação direta de notícias ou por uma programação habitual de atividades, com o uso de estratégias bem determinadas. A partir dessa perspectiva, os políticos são os que possuem maior interesse em aparecer para a população e, para isso, produzem declarações polêmicas – o que explica por que o jornalismo declaratório é predominante na cobertura política.

Outro conceito relevante é o de pseudoevento, definido por Boorstin (1971³ apud Gomis, 2004) como um fato produzido para ser notícia. O pseudoevento é uma estratégia utilizada por autoridades públicas para aparecer para a sociedade, como conceder entrevistas coletivas e inaugurar obras. Há a expectativa de que, com “acontecimentos” criados, o que é dito pela fonte seja convertido em notícia, podendo até ser a manchete do jornal.

Essa estrutura demonstra o quanto o jornalismo é dependente das fontes poderosas e como isso resulta na produção do jornalismo declaratório, priorizando informações que nem sempre são de interesse público. e ser definido como um fundamento ético-epistêmico do jornalismo que diz respeito à relevância dos fatos noticiáveis, à construção da notícia visando ao esclarecimento dos cidadãos, ao papel de vigilância socialmente atribuído ao jornalismo e aos interesses do público no consumo de informações” (Sartor, 2018, p. 2). Para Chagas e Cruz (2022a), as declarações de fontes sem análises ou contextualizações são uma prática na narrativa noticiosa da política.

Ligada diretamente à dependência das fontes poderosas está a prática de transformar as declarações em fatos. Como a verificação de uma fala nem sempre pode ser feita em tempo hábil, surge a preferência por converter em notícia aquilo que é dito por alguém, mesmo que o conteúdo da declaração seja falso. Assim, os jornalistas transferem para as fontes a responsabilidade discursiva sobre esses fatos.

³ BOORSTIN, Daniel. **L'Image**. Paris: L'Union Generale d'Editions, 1971.



Nessa conjuntura, as aspas são utilizadas de forma desenfreada no jornalismo declaratório, com a transcrição exata das declarações, sem que qualquer contraponto seja apresentado na mesma unidade informativa ou que outra fonte seja inserida no texto, como analisa Henriques (2020a). O fato de o teor da declaração ser falso ou insustentável não tem sido um impedimento para que a notícia seja publicada.

Contextualizações e problematizações são raramente incluídas nos relatos, que costumam ser apresentados no noticiário factual de modo direto e sintético (Henriques, 2020a). Não há uma preocupação por parte dos jornalistas em manter uma correspondência daquilo que é dito na declaração com a realidade, mas apenas em noticiar a declaração.

O jornalismo, ao colocar as declarações contidas nas notícias como se fossem fatos que “falam por si” (Chagas; Cruz, 2022a), enfraquece o seu papel como mediador entre a realidade e o público e consolida o caráter declaratório da narrativa noticiosa. Transferir para a fonte a responsabilidade sobre a informação divulgada, bem como transferir para o leitor a verificação de seu conteúdo, distancia ainda mais o jornalismo das suas atribuições.

Títulos e destaqueamento

No processo de leitura, o título exerce uma função eminentemente catáforica, apresentando o que virá a seguir, e desempenha um papel influente sobre o leitor, na medida em que funciona como estímulo ou desestímulo à leitura (Coracini, 1989). Indispensável para diversas áreas do conhecimento, o título é ainda mais determinante no jornalismo. Como as pessoas não se interessam por todas as notícias de um jornal, o principal elemento que define se algo será lido é o título (Douglas, 1966).

Embora seja um procedimento intrínseco à construção da narrativa noticiosa, executado cotidianamente, a elaboração de títulos não é uma tarefa fácil. As dificuldades na produção de um título adequado surgem com o dever de, como descreve o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, conquistar a atenção do leitor e revelar o objeto da notícia de forma clara e em poucas palavras, com o desafio de fazer isso em um espaço restrito.

Os títulos constituem o principal, quando não o único, ponto de contato de diversos leitores com a notícia (Manual..., 2021). Por isso, a ação de titular deve ser feita não apenas de modo atrativo, mas também com responsabilidade, especialmente



nas plataformas digitais, onde se perde a visão de conjunto. O processo de plataformação (Poell et al, 2020) – em que os fundamentos das plataformas digitais passam a estruturar práticas sociais e culturais – atinge também o jornalismo. A “plataformação refere-se a um processo de transformação social no qual a plataforma digital assume papel central nas interações entre pessoas e organizações” (Kalsing, 2021, p. 34). No jornalismo, os métodos de produção e distribuição são comandados pela lógica de funcionamento das plataformas. Nessa lógica, os títulos exercem um papel fundamental para a difusão e a interpretação do conteúdo jornalístico, circulando por diferentes plataformas de forma destacada do texto.

A ênfase que o título dá às poucas palavras que o compõem atribui ao redator um compromisso inevitável com a escolha dos termos que serão utilizados. Gehrke et al (2023, p. 4, tradução nossa⁴) chamam a atenção para a responsabilidade de criar títulos que irão circular no ambiente digital:

Nós entendemos que redigir títulos apropriados é uma discussão ética fundamental em tempos de plataformação do jornalismo. [...] Dado que uma parte da audiência nem sequer abrirá os hiperlinks para ler as notícias completas, [essa audiência] irá apanhar apenas fragmentos de um fato. É por isso que fornecer informação direta e precisa é fundamental para qualquer cobertura noticiosa.

Há casos em que – por questão de espaço, estilo do veículo ou eficácia – o título não consegue contemplar todas as informações relevantes, pois isso o deixaria extenso e comprometeria sua expressividade (Comassetto, 2001). A fim de resolver esse problema, o subtítulo, localizado logo abaixo do título, é utilizado pelos jornais para trazer informações complementares e mais detalhadas, sem repetir o conteúdo.

A edição dos títulos jornalísticos passa, atualmente, por uma reconfiguração no ambiente virtual. Bueno e Reino (2022) lembram que essa mudança tem como objetivo tornar o título mais facilmente encontrado nos sistemas de busca, o que inclui a criação de títulos caça-cliques, que escondem informação importante, são ambíguos ou sensacionalizam a notícia. A elaboração desse tipo de título está ligada à rentabilidade dos veículos, que investem em narrativas publicitárias na construção dessas frases, atrasando a informação, com o intuito de atrair leitores por meio de cliques, que

⁴ No original: “We assume that writing proper titles is a fundamental ethical discussion in times of platformization of journalism. [...] Given that a portion of the audience will not even open the hyperlinks to read complete news stories, it concerns that only fragments of a fact will be gathered. This is why providing straight and accurate information is fundamental to any news coverage”.



posteriormente são revertidos em argumentos de venda. Nesses casos, não há um compromisso com o interesse público, mas com o retorno financeiro que os jornais podem ter.

O uso de softwares para medir o comportamento dos leitores em sites de jornais altera o significado e as práticas do jornalismo. A popularização desses mecanismos de análise modifica fluxos, altera rotinas e levanta questionamentos sobre valores tradicionais do jornalismo, como a decisão sobre o que deve ser noticiado e o que merece ser destacado.

Do ponto de vista laboral, as métricas atingem as rotinas jornalísticas em diferentes níveis. Dentre eles, pode-se destacar o fato de os títulos serem criados ou reescritos para obter cliques (Pithan; Kalsing; Eichler, 2018). Assim, a medição instantânea das ações da audiência e a rápida adaptação de práticas editoriais para instrumentalizar as métricas em busca de receita são fatores que influenciam diretamente nas mudanças e adaptações dos títulos em diferentes plataformas.

Sabemos que o jornalismo baseado em declarações não é um problema novo. O que é novo é o contexto tecnológico, que favorece a circulação dos títulos jornalísticos, em ambientes como as redes sociais, como unidades de sentido independentes do texto. Muitas vezes, o título é tudo que alguém vai ler.

Com a fácil circulação de títulos que contêm declarações falsas ou imprecisas destacadas, o jornalismo pode contribuir para a propagação de desinformação, tanto por ampliar a circulação de conteúdos falsos, quanto por conceder visibilidade aos sujeitos que disseminam esses conteúdos – não uma visibilidade qualquer, mas chancelada pela credibilidade do jornal. Em muitos casos, essas declarações circulam sem qualquer tipo de contextualização que indique ao leitor que aquele conteúdo não é confiável.

Relatório de Recuero et al (2021, p. 22, grifo nosso) a respeito da circulação de desinformação sobre a Covid-19 no Brasil também ressalta a importância dos títulos jornalísticos: “[...] matérias jornalísticas de veículos tradicionais, por exemplo, com manchetes declaratórias (como “fulano diz que cloroquina funciona”), conseguem circular, mesmo que o corpo da matéria desminta a declaração [exposta no título]. Essa circulação deve-se, principalmente, ao fato de que canais de mídia social tendem a privilegiar o título das matérias, fazendo com que ele circule e a matéria esteja acessível apenas quando clicada”. Ao abordar as declarações com conteúdo falso ou



contraditório proferidas pelo então presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia, Cruz e Karhawi (2023) apontam que a desinformação se prolifera, em grande parte dos casos, por conta das manchetes literais com aspas para essas falas.

O jornalismo declaratório viabiliza espaço para declarações de políticos que mentem, fazem especulações, atacam adversários sem provas e promovem falas antidemocráticas, utilizando os jornais para seus interesses próprios e tornando suas falas fortemente destacáveis pelo jornalismo. Pesquisa de Nascimento et al (2018) já demonstrou como Jair Bolsonaro promoveu suas pautas políticas – contra os direitos humanos e a favor da ditadura militar, da tortura e do armamentismo – por meio de declarações polêmicas que foram destacadas, ao longo de 30 anos, pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

O conceito de destacamento, proposto por Maingueneau (2013), nos auxilia a compreender melhor esse fenômeno, em que os títulos circulam sozinhos. O autor cria esse termo para descrever o funcionamento discursivo de enunciados que adquirem autonomia. Esses enunciados se apresentam fora de qualquer texto e geralmente são constituídos de uma frase pequena, de diferentes tipos, como slogans, provérbios, títulos jornalísticos, ditados, intertítulos e citações célebres. Eles podem ser enquadrados em duas categorias: aqueles que são por natureza independentes de um texto particular (provérbios, slogans etc.) e aqueles que resultam da extração de um fragmento de texto (Maingueneau, 2013).

A extração de um fragmento do texto não ocorre de maneira acidental, como explica Maingueneau (2013), pois o enunciador *sobreassevera alguns de seus fragmentos e os apresenta como destacáveis* – ação que promove uma enfatização em relação ao entorno textual. A sobreasseveração é, portanto, uma modulação da enunciação que formata um fragmento como candidato ao destacamento. Ela é efetuada por meio de diferentes marcadores, como, por exemplo, a repetição e a ênfase.

De modo geral, uma frase sobreasseverada é relativamente breve, o que a torna memorável, e constitui uma tomada de posição do enunciador sobre uma questão polêmica. Quando os locutores são personagens públicos, eles sabem que os jornalistas recortam fragmentos de texto para serem convertidos em ganchos – estratégia muito utilizada pelo jornalismo declaratório.

Há casos, é claro, em que a mídia faz circular fragmentos de textos que o seu autor teria preferido que não tivessem repercutido. “Na prática jornalística, quando há



convergência de interesses entre o locutor do texto-fonte e a instância que opera o destaque, pode haver um acerto para harmonizar sobreasseveração e destaque” (Maingueneau, 2014, p. 17). Fontes experientes, como políticos e celebridades, dominam as estratégias de sobreasseveração, fornecendo aos jornalistas os trechos mais propícios ao destaque.

Ao abordar o conceito de destaque, é importante fazer a distinção entre destaque *forte*, que implica uma separação do texto-fonte, e destaque *fraco*, quando o enunciado permanece próximo do texto-fonte, que é o caso dos títulos jornalísticos. Nos jornais, os leitores possuem acesso ao conteúdo das notícias, ao texto-fonte, mesmo que o título esteja destacado em uma página diferente, algo que ocorre tanto no formato impresso quanto no online. Em regra geral, quando há destaque forte, o texto-fonte não é acessível ao leitor. Por isso, os títulos são considerados um tipo de destaque fraco. É preciso ponderar, porém, que a prática de alguns leitores de se informar apenas pelos títulos que circulam nas redes sociais desloca esses títulos para a categoria do destaque forte.

Método

Para analisar os títulos de caráter declaratório publicados pela *Folha de S. Paulo*, utilizamos como método a Análise do Discurso (AD) de linha francesa. A AD busca compreender o funcionamento de um discurso, e nosso objetivo é justamente entender como funciona o jornalismo declaratório, a partir das declarações que o estruturam.

Para a AD, o texto é um objeto opaco, complexo e não evidente, que irá ser questionado pelo pesquisador em busca de seus sentidos, sujeitos ou relações. O texto é uma unidade de análise que não está dada *a priori*, mas depende do tipo de discurso que está sendo investigado e das questões que movem a pesquisa. No nosso caso, os textos analisados referem-se a pequenas frases, que são os títulos jornalísticos. A análise ocorre a partir da concepção de destaque proposta por Maingueneau (2013, 2014).

O discurso jornalístico é essencialmente interdiscursivo porque aciona sentidos e valores produzidos por outros discursos (jurídico, artístico, econômico, político etc.). É sempre um já-dito que é retomado e ressignificado, pois se inscreve no discurso jornalístico, que tem características próprias, e assim constrói memória. A declaração



é pronunciada por um sujeito que pertence a um campo social e que enuncia no escopo de outro tipo de discurso, e então é retomada pelo discurso jornalístico.

Não existe um sentido literal que reside no texto, mas sim uma materialidade textual que carrega sentidos potenciais. Nessa construção de sentidos, um conceito importante é o de paráfrase, que é o processo de repetição e de retorno a um mesmo dizer. É pela paráfrase que conseguimos chegar à tipologia das declarações e ao funcionamento discursivo de cada tipo, pois é no movimento de repetição que identificamos as características desse processo.

Para construir o corpus, coletamos, ao longo de um mês, todas as matérias publicadas pela *Folha de S. Paulo* em que os títulos eram baseados em declarações de fontes, chegando a 258 textos. A coleta foi realizada na seção “Textos da edição Folha”, parte do site em que são disponibilizadas as matérias publicadas na edição impressa diária do jornal. Como pode haver mudanças nos títulos entre as edições impressa e online, optamos por trabalhar apenas com as versões dos textos disponíveis nessa seção.

Como recorte temporal, selecionamos todo o mês de outubro de 2022, do dia 1º ao dia 31. A escolha ocorreu devido à relevância histórica desse período, quando foram realizadas as eleições presidenciais. O período abrangeu a votação do primeiro turno, toda a campanha do segundo turno, a votação do segundo turno e o dia posterior ao resultado das eleições. Para fins de análise, cada título foi considerado como um texto e numerado de 1 a 258, e é desse modo que os títulos são apresentados a seguir, quando ilustram o modo de funcionamento das declarações.

As declarações

Para o desenvolvimento da análise, partimos da sistematização de Sponholz (2009), que permite distinguir as declarações *descritivas*, *avaliativas*⁵ e *prescritivas*. Considerando essa distinção básica, trabalhamos as características de cada declaração e criamos as categorias que apresentamos a seguir.

A declaração tem caráter **descritivo** quando contém uma informação que pode ser considerada verdadeira ou falsa a partir da comparação com a realidade empírica

⁵ Sponholz usa o termo “evaluativa”, que consideramos mais apropriado ao idioma espanhol. Por isso adotamos o termo “avaliativa”.



(“o jogo terminou empatado em 1 a 1”). Trata-se de uma declaração cuja correspondência com a realidade não depende dos sujeitos. É claro que a percepção da correspondência entre relato e realidade depende do sujeito, mas a existência concreta do fenômeno não depende. O grau de verdade da declaração descritiva “depende dos resultados de uma observação, e não do sujeito que a formulou” (Sponholz, 2009, p. 20).

Identificamos dois tipos de afirmações que pertencem a essa categoria: *as afirmações sobre fenômenos externos ao declarante* (“o sol nasceu às 5h42min”), incluindo aquelas sobre um sujeito específico, e as *afirmações sobre si mesmo* (“vou anular o voto”). As declarações descritivas referem-se a algo que aconteceu, está acontecendo ou acontecerá, sem o aporte de um juízo de valor. Elas podem ser consideradas verdadeiras ou falsas a partir de uma verificação autônoma, que não depende de valores ou crenças.

A declaração tem caráter **avaliativo** quando a verificação de seu grau de verdade depende da aceitação dos critérios que sustentam a argumentação. O enunciado “ele é bonito”, por exemplo, só poderá ser considerado verdadeiro se houver concordância sobre os parâmetros de beleza. Na análise do corpus, percebemos que o enunciador produz uma declaração avaliativa em duas situações principais: quando expressa uma opinião baseada em impressões e quando avalia um fenômeno de modo sustentado. As *opiniões impressionistas* podem estar baseadas em juízos de valor contestáveis, inclusive fundados em preconceitos (“os ingleses são discretos”). As *opiniões embasadas*, geralmente formuladas por especialistas, avaliam os fenômenos a partir de critérios validados em determinados campos de conhecimento. Esses declarantes traçam possíveis cenários futuros (“a chuva deve provocar novos deslizamentos em Petrópolis”), buscam causas no passado (“o aumento de feminicídios decorre da política armamentista do governo Bolsonaro”) e avaliam a dimensão dos acontecimentos (“a chuva de ontem foi insuficiente”).

Nem sempre o caráter avaliativo impede a comparação com a realidade – é possível, por exemplo, apresentar provas de que alguém é desonesto ou justificar por que o volume de chuva é considerado insuficiente. Porém, a declaração avaliativa sempre requer a inclusão de argumentos, bem como a explicitação dos critérios adotados para legitimar aquela opinião, e esses argumentos e parâmetros podem ser objeto de debate ou disputa.



Por fim, a declaração tem caráter **prescritivo** quando contém uma recomendação ou sugestão. É uma afirmação normativa, no campo do dever-ser ou dever-saber (“o presidente deve renunciar”). As declarações prescritivas podem estar mais sustentadas ou menos sustentadas, dependendo da exposição de motivos e da autoridade do declarante, mas elas sempre expressam juízos sobre como as instituições devem funcionar e como as pessoas devem se comportar. Considerando que a declaração prescritiva fala sobre um dever-ser, identificamos dois tipos de declarações: as *orientadas pelo interesse público e bem-comum*, tomando-se como ideal uma sociedade democrática e justa (“os candidatos devem apresentar claramente suas propostas”), e as *orientadas pelo interesse de um grupo* (“as igrejas não devem pagar impostos”).

Nos 258 títulos que compõem o corpus de nossa pesquisa, identificamos que as declarações destacadas nos títulos da Folha são majoritariamente avaliativas (79,45%), seguidas pelas descriptivas (12,79%) e prescritivas (7,75%).

a) Declarações avaliativas

O tipo de declaração mais presente nos títulos são as avaliativas, que totalizam 79,45% do nosso corpus. Nessa categoria, identificamos 48 *opiniões embasadas* e 157 *opiniões impressionistas*. Ou seja, 60,85% de todas as declarações exibidas nos títulos são baseadas em meras impressões dos declarantes. É um dado preocupante.

As *opiniões embasadas* são comumente proferidas por declarantes do campo científico, como vemos nos exemplos:

T95 - Controle de armas no Brasil é precário, ineficiente e parcial, dizem analistas

T179 - Redução de ICMS sobre combustíveis é constitucional, dizem peritos em ação no STF

Há também títulos que trazem opiniões de especialistas, mas disponibilizam informações incompletas e genéricas, que não permitem compreender o conteúdo da declaração.

T3 - Questão racial no Brasil gera visão abstrata da África, diz ex-embaixador da ONU

T167 - “Não há nada a ser mudado sobre canabidiol”, diz presidente da Anvisa sobre pressão do CFM



Por exemplo, no título 167 não é possível entender se a declaração diz respeito à ampliação ou à restrição do uso medicinal do canabidiol. Para ter essa informação, o leitor teria que ler a matéria e identificar que o posicionamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) era contrário ao pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM), que queria tornar ainda mais restritiva a indicação de tratamento com o canabidiol.

As *opiniões impressionistas*, que representam a maior parte das declarações noticiadas, são frequentemente baseadas em juízos de valor. Nessa classificação, encontramos títulos com opiniões incompreensíveis, que deveriam estar acompanhadas de contextualização para que se possa entender o que está sendo dito:

T16 - É muito significativo o que Bolsonaro fez nesta eleição, diz Arthur Lira

T47 - Lula esgotou seus votos no RJ e povo não aguenta mais ataques, diz Cláudio Castro

T100 - Guedes defende desoneração da folha na saúde e diz que impacto “não é espantoso”

Há casos em que o conteúdo da declaração é completamente irresponsável, dando legitimidade a opiniões de pessoas que não têm autoridade para abordar o assunto.

T141 - Representante de Guaidó vai a debate, critica Lula e diz que vê viés democrático em Bolsonaro

T190 - Entrada do Judiciário no debate político pode ser tiro pela culatra, diz ativista da liberdade de expressão

Ainda no âmbito da irresponsabilidade, podemos citar as diversas vezes que Bolsonaro acusou os institutos de pesquisa e questionou a credibilidade do sistema eleitoral. Embora com tom golpista e antidemocrático, as falas do então presidente foram tomadas como fatos e receberam destaque nos títulos, sem contraponto. A necessidade de contextualizar as informações é ainda mais evidenciada considerando a facilidade com que as declarações circulam sozinhas nas plataformas, destacadas do texto-fonte.

T35 - Bolsonaro diz que institutos de pesquisa têm intenção de interferir na democracia



T136 - Bolsonaro volta a **questionar urnas e diz que equipamentos são ultrapassados e antigos**

T208 - Bolsonaro diz que **Forças Armadas descartam selo de credibilidade ao sistema eleitoral**

Apenas três títulos de nosso corpus indicam claramente que as declarações foram realizadas sem provas, oferecendo ao leitor algum tipo de contextualização:

T108 - Bolsonaro chora na TV e diz, **sem provas**, que Lula quer mudar lei do aborto

T214 - Bolsonaro **insiste em acusação sem provas** sobre rádios, critica Moraes e diz que vai recorrer até o fim

T255 - Vitória de Lula foi roubada e Bolsonaro não deveria reconhecê-la, diz Bannon, **sem citar provas**

Entretanto, podemos questionar a validade de publicar esses títulos, principalmente o T255. Apesar de atribuir a responsabilidade do enunciado ao locutor, o conteúdo dessa declaração (“vitória de Lula foi roubada”) é falso, e adicionar no título que a fala é realizada “sem citar provas” não é suficiente para amenizar a gravidade do que foi dito. Acrescente-se, aliás, que a expressão “sem citar provas” carrega o sentido implícito de que essas provas poderiam existir.

Em alguns exemplos, é possível perceber como as aspas são utilizadas nas declarações como estratégia para não demonstrar algum posicionamento, na tentativa de fazer o enunciado parecer “objetivo” – perspectiva enganosa que não tem relação com o conceito de objetividade como adequação à realidade. Assim, os enunciados são reproduzidos sem contextualização.

T199 - “**Lula só tem narrativa de ser pai dos pobres**”, diz João Roma, ex-ministro de Bolsonaro

T50 - “**A Globo teve que me aturar**”, diz Sérgio Reis sobre participação em último capítulo de “Pantanál”

Declarações interessadas, que servem unicamente às fontes, também integram essa classificação. Os exemplos a seguir trazem um banqueiro fazendo uma “análise”



tendenciosa do cenário político e o líder do governo Bolsonaro inventando uma conexão entre acontecimentos e a postura do Judiciário.

T12 - Resultado apertado e alianças nos estados favorecem Bolsonaro [nas eleições], diz banqueiro

T24 - Resultado da eleição mostra crítica ao Judiciário, diz líder do governo no Senado

b) Declarações descritivas

As declarações descritivas são caracterizadas por abordarem algo que já aconteceu, que está acontecendo ou que acontecerá, sem juízo de valor. Identificamos 33 títulos (12,79%) que contêm esse tipo de declaração, que classificamos em duas categorias: afirmações que os declarantes fazem *sobre um fenômeno ou sobre outro sujeito* e afirmações que os declarantes fazem *sobre si mesmos*.

Na primeira categoria, que compreende 12 títulos, temos casos em que as declarações destacadas referem-se a acontecimentos observados pelos declarantes, que *descrevem algum fenômeno* que poderia ser verificado por outras pessoas:

T13 - Votação na Nova Zelândia teve choro de emoção e harmonia entre bolsonaristas e lulistas, diz mesário

T15 - Filas para votar atrasam movimento em restaurantes, diz entidade

Em outros, a fonte faz uma afirmação acerca do que um sujeito disse, constituindo uma declaração sobre outra declaração. Apesar de as informações serem passíveis de verificação – o sujeito citado poderia ser diretamente questionado –, o jornal opta por atribuir a responsabilidade do conteúdo ao declarante, como neste título:

T40 - Temer manda avisar que não decidiu apoiar Bolsonaro, diz ex-ministro Moreira Franco

Na segunda categoria, que abrange 21 títulos em que os *sujeitos fazem afirmações sobre si mesmos*, podemos perceber os casos em que os declarantes são os



sujeitos da ação e descrevem o que pretendem fazer no futuro, sem o aporte de juízos de valor.

T23 - José Serra diz que **votará em Lula e Tarcísio de Freitas**

T118 - Nise Yamaguchi diz que **não ocupará cargo em governo Tarcísio e que vai se dedicar a projetos científicos**

T151 - Michelle diz que **tomará medidas contra jornalista por comentário sobre filha**

Há exemplos nessa categoria em que as afirmações poderiam ser verificadas, porque estão inseridas em um contexto acessível. Entretanto, a *Folha* escolhe noticiar uma declaração que beneficia o próprio declarante:

T104 - PSOL comemora crescimento e **diz ser segundo maior partido da esquerda do país**

T78 - Lula reage a ofensiva de Bolsonaro sobre STF e diz que **nunca indicou amigo nem pediu favor**

T245 - Wajngarten diz que **campanha de Bolsonaro “jamais” pediu o adiamento das eleições**

Mesmo que algumas dessas afirmações possam ser verdadeiras, o modo de construção do enunciado não deixa isso evidente para o leitor.

Certas declarações, frequentemente realizadas por declarantes do campo político, são proferidas apenas para avaliar a repercussão pública, no que se costuma chamar de “balão de ensaio” no jargão jornalístico:

T5 - **PP e União Brasil trabalham fusão**, diz Arthur Lira

T30 - Damares diz **querer se candidatar à presidência do Senado em 2023⁶**

T76 - Grupo de Tarcísio diz que **já vê Rodrigo Garcia fora do PSDB**

T130 - **Bancada da bala se articula para endurecer penas**, diz cotado para liderar grupo

⁶ No subtítulo da notícia (“Ex-ministra afirma aguardar aval de Bolsonaro, mas disse poder desistir de candidatura por Tereza Cristina”), é possível perceber que Damares apenas especula sobre o assunto.



São declarações altamente interessadas, que só beneficiam os próprios declarantes. Pelo menos no T5 é possível perceber o poder de sobreasseveração do deputado, cuja afirmação sobre os bastidores da política certamente atrairia os jornalistas.

c) Declarações prescritivas

Ao todo, há 20 declarações prescritivas em nosso corpus, que correspondem a 7,75%. Identificamos oito enunciados em que os declarantes prescrevem algo orientado pelo interesse público e bem comum e 12 em que a prescrição é orientada pelo interesse de um grupo específico.

As recomendações ou sugestões que *têm como finalidade o bem comum* geralmente são proferidas por pessoas que possuem alguma autoridade e legitimidade social para isso, como médicos ou especialistas em saúde.

T20 - Assistência a mães solo com câncer deve considerar questões sociais, dizem especialistas

T102 - Morte de mulheres por doença cardíaca precisa cair 30% até 2030, dizem médicos

Esses exemplos demonstram que, no âmbito da saúde, as declarações prescritivas têm um teor mais técnico, baseado no conhecimento das fontes ou em estudos da área. Os enunciados englobam um conjunto de opiniões, e as recomendações feitas estão sempre ligadas aos locutores, que dão mais credibilidade ao conteúdo.

Em relação às declarações voltadas aos *interesses de um grupo específico*, todas as 12 encontradas no corpus foram proferidas por sujeitos que pertencem aos campos político e econômico. Esse resultado é importante, porque mostra como o jornalismo pode ser utilizado por declarantes experientes, que se colocam em uma posição de autoridade para defender interesses particulares.

T156 - Petrobras deveria aumentar preços de gasolina e diesel, dizem importadores

T206 - Lula vai ter que conversar com bancada agro, diz líder ruralista sobre possível eleição de petista



Diferentemente dos títulos anteriores, quando os declarantes são identificados no plural ou de forma genérica, há casos em que eles são nomeados no título, evidenciando quem tem interesse naquela recomendação.

T81 - “**Alguém tem que colocar juízo na campanha do Lula**”, diz Simone Tebet

T207 - Bolsonaro diz em bolsão lulista na Bahia que **voto tem que ser com a razão, e não com o coração**

Em três títulos (T53, T231, T172), os conteúdos das declarações são irresponsáveis e foram publicados sem qualquer tipo de contextualização. Os subtítulos também não trazem informações que possam esclarecer e oferecer contexto à declaração.

T53 - **Institutos têm dever de antecipar resultado das urnas**, diz líder de Bolsonaro na Câmara

Subtítulo - Autor de projeto sobre o tema, Ricardo Barros afirma que empresas do setor têm obrigação de “acertar” ou devem sair do ramo

T231 - Empresário bolsonarista **sugere que eleitor convide amigos petistas para casa de praia no domingo**

Subtítulo - Winston Ling também compartilhou conteúdo que pede postergação de eleição

T172 - “**Não olhe para meu marido, olhe para mim que sou uma serva do Senhor**”, diz Michelle a evangélicas

Subtítulo - Primeira-dama falou na igreja de Malafaia e contou que teve depressão quando Bolsonaro chegou à Presidência

No T53, a declaração atribui aos institutos de pesquisa uma função que eles não possuem. O jornal contribui para a desinformação ao não ressaltar, para o leitor, que a declaração é despropositada e se insere em uma campanha de deslegitimação das pesquisas eleitorais promovida por Jair Bolsonaro. A rigor, essa declaração nem deveria ser tratada como notícia.

No T231, a declaração é irracional, não é de interesse público, não possui contexto e apenas dá visibilidade a uma personalidade pública que não tem autoridade para falar dos temas em questão. Trata-se de um empresário cujas declarações



preconceituosas são frequentemente difundidas⁷ sem contexto pela *Folha*, constituindo uma prática jornalística inaceitável. Também no T172, a *Folha* se contenta em reproduzir uma declaração, que não está acompanhada de contextualização e que serve apenas aos interesses da própria fonte.

Considerações finais

O jornalismo declaratório, que se caracteriza pela elaboração de notícias baseadas exclusivamente em declarações de fontes, produz um tipo de conhecimento de alto risco, que não necessariamente está ancorado na verdade. O cenário contemporâneo, dominado pela lógica das plataformas, concede a personalidades públicas – políticos, atletas, atores, influenciadores, celebridades – canais onde podem expressar suas opiniões. O jornalismo, por sua vez, se vê constrangido a monitorar as redes sociais para acompanhar o que dizem essas prováveis fontes. Se associarmos a esse quadro as rotinas de produção muitas vezes brutais a que os jornalistas estão submetidos, com pouco tempo e poucas condições para verificar a pertinência de tudo que é dito, além da submissão às métricas que medem as notícias que mais agradam à audiência, o jornalismo declaratório se apresenta como uma alternativa rápida, fácil, lucrativa e razoavelmente segura de noticiar.

O que está no eixo do jornalismo declaratório são duas percepções. As fontes percebem que podem usar o jornalismo em favor de seus interesses, basta fazer uma declaração forte ou polêmica. Os jornalistas percebem as declarações como fatos e se agarram à ilusão de que noticiar uma declaração assegura a objetividade de seu trabalho. A objetividade, porém, se refere à correspondência entre a realidade midiática (o texto jornalístico) e a realidade social (o mundo empírico). Não basta difundir uma declaração que efetivamente foi feita, é preciso avaliar a declaração, que pode ser imprecisa, ambígua, incorreta ou mesmo falsa. É preciso que o jornalismo se pergunte: é verdade que a fonte disse isso, mas isso que a fonte disse é verdade? É

⁷ No dia 19 de julho de 2022, a *Folha* publicou uma matéria com o título “Empresário bolsonarista diz que precisamos de mais desigualdade”. A matéria, assinada por três jornalistas, é uma inadmissível reprodução, sem qualquer contexto ou contraponto, de declaração publicada pelo empresário Winston Ling em sua conta pessoal no Twitter. URL: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2022/07/empresario-bolsonarista-diz-que-precisamos-de-mais-desigualdade.shtml>



preciso que se pergunte: não estou apenas servindo aos interesses da fonte ou a interesses privados de um grupo?

Fundamentalmente, é preciso que o jornalismo compreenda o uso que será feito, pelo público, dos títulos que produz cotidianamente. O título é um recurso textual que utiliza a estratégia discursiva do destacamento. É uma frase curta, geralmente assertiva, que resume a novidade e a singularidade do acontecimento. Os títulos hoje circulam nas plataformas praticamente sozinhos e são lidos, pelos leitores, como elementos independentes que contêm informação suficiente. É comum uma pessoa ler apenas o título, sem ir à íntegra da matéria, e ter a sensação de estar informada. No mundo das redes sociais e aplicativos de mensagens, vemos um título ser substituído por outro, e por outro, e nesse processo extremamente fragmentado vamos construindo um conhecimento também fragmentado.

O problema do jornalismo declaratório é que o conhecimento que ele produz pode não estar ancorado na verdade. Chama a atenção que 60,85% de todas as declarações exibidas nos títulos da *Folha de S. Paulo* são baseadas em impressões dos declarantes, sem qualquer tipo de embasamento ou argumentação. Isso significa que um dos maiores jornais do país está a serviço das fontes, atuando como um difusor de opiniões sem sustentação e que não necessariamente correspondem à realidade. É evidente que, em um cenário em que o jornalismo atua como propagandista de declarações que não se sustentam, a sua função de mediação está seriamente comprometida.

A partir da análise dos títulos declaratórios do jornal, estamos propondo uma categorização das declarações, que podem ser descriptivas, avaliativas ou prescritivas. Cada tipo de declaração tem um modo de funcionamento específico, e é esse modo que deve ser avaliado pelo jornalista para decidir se a declaração merece estar no título ou não. A declaração *descriptiva* contém uma afirmação que pode ser considerada verdadeira ou falsa a partir da comparação com a realidade empírica. O seu grau de verdade depende de uma observação da realidade, sem derivar de valores ou crenças. Esse tipo de declaração possui dois modos de funcionamento: a afirmação *sobre um fenômeno externo ao declarante*, que pode inclusive ser sobre outro sujeito, e a afirmação *sobre si mesmo*.

A declaração *avaliativa* parece ser, em função de sua forte presença e de suas características, mais complexa e mais crítica. Aqui temos uma declaração cujo grau de



verdade não depende apenas da observação da realidade, mas exige a aceitação dos critérios que embasam a argumentação. Há um juízo de valor, e esse valor é que precisa ser colocado em questão para se decidir se a declaração é verdadeira ou falsa. Dois modos de funcionamento estruturam a declaração avaliativa: a *opinião impressionista*, que não apresenta argumentos de sustentação, e a *opinião embasada*, que avalia o fenômeno a partir de critérios validados em um campo de conhecimento. Podemos questionar se uma opinião meramente impressionista deve ter destaque no jornalismo, mesmo quando dita por uma figura pública importante. O jornalismo precisa se perguntar: a opinião que essa declaração carrega tem fundamento ou é apenas derivada de um preconceito ou de uma visão estereotipada da realidade? Considerando que os títulos produzem sentidos que o jornalismo não pode controlar, declarações avaliativas sem sustentação podem ser tomadas pelo público como verdadeiras e legítimas. Nada garante que o leitor, sozinho, vá reconhecer que aquela opinião é contestável. Nesse caso, as visões impressionistas ganham mais espaço, na percepção do público sobre a realidade, do que as visões validadas por um campo de conhecimento, e isso significa que o jornalismo está reforçando preconceitos.

Por fim, a declaração *prescritiva* contém uma recomendação ou sugestão, instituindo-se no campo do dever-ser ou dever-saber. A declaração prescritiva pode estar mais sustentada ou menos sustentada, mas sempre expressa um juízo sobre como a sociedade deve funcionar. Dois modos organizam o seu funcionamento: a declaração *orientada pelo interesse público e pelo bem comum* e a declaração *orientada pelo interesse privado de um grupo*. Se adotarmos o pressuposto de que o eixo do jornalismo é o interesse público, podemos avaliar quando um título está difundindo uma opinião que visa ao bem comum – como a defesa da democracia e dos direitos humanos, por exemplo – e quando está difundindo uma opinião que só interessa a um grupo.

Como se pode perceber, o jornalismo declaratório exige um posicionamento ético. Quando um título baseado unicamente em uma declaração é produzido, o jornalista precisa questionar a que interesses aquela declaração serve. Não basta se esconder sob a capa de uma suposta objetividade, aliás discutível, e se apresentar como um sujeito neutro que estaria apenas relatando os fatos. Além disso, o jornalista precisa ter consciência de que, atualmente, os títulos circulam sozinhos pelas plataformas e por isso deve perguntar que sentidos aquele título pode produzir. É preciso se antecipar



aos possíveis sentidos construídos pelo título e encontrar a melhor forma de prezar pela verdade. Sempre haverá pessoas públicas dando declarações fortes, absurdas ou polêmicas, e o jornalismo tem que assumir a responsabilidade sobre o quanto essas opiniões devem ser referendadas por seu discurso – que, afinal, é fundamentalmente associado ao compromisso com a verdade.

Referências

- ARAÚJO, Arthur. Elementos para uma reflexão sobre o jornalismo declaratório. **Contracampo**, Niterói, v. 42, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v42i3.57180>
- ARAÚJO, Arthur; TEIXEIRA, Ailma. Jornalismo declaratório no Twitter: como os usuários reagem à reprodução de declarações de Bolsonaro com desinformação? **Galáxia**, São Paulo, v. 48, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202358621>
- BAHIA, Juarez. **Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARSOTTI, Adriana. As mentiras de Bolsonaro e o jornalismo declaratório: como a imprensa ampliou a desinformação sobre o meio ambiente. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i01.28026>
- BUENO, Thaís; REINO, Lucas Santiago Arraes. **Títulos jornalísticos**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2022.
- CHAGAS, Luân. Jornalismo declaratório e a naturalização dos fatos na seleção das fontes. **Contemporânea**, Salvador, v. 20, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v20i2.48436>
- CHAGAS, Luân; CRUZ, Marcio Camilo da. Jornalismo declaratório na cobertura eleitoral e a dependência das fontes oficiais. **Sur le Journalisme, About Journalism, Sobre jornalismo**, v. 11, n. 2, 2022a.
- CHAGAS, Luân; CRUZ, Marcio Camilo da. Rádio que virou partido: jornalismo declaratório e passividade na cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan. **Radiofônias**, Mariana, v. 13, n. 2, 2022b.
- COMASSETTO, Leandro. **As razões do título e do lead**: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- CORACINI, Maria José. O título: uma unidade subjetiva (caracterização e aprendizagem). **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 13, n. 1, 1989.
- CRUZ, Elisama Reis; KARKHAWI, Issaaf. Pandemia no Planalto: Jair Bolsonaro e a pós-verdade. **Animus**, Santa Maria, v. 22, n. 48, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/2175497765627>
- CRUZ, Marcio Camilo da. **Características do jornalismo declaratório em Cuiabá durante o período eleitoral**: uma análise do site Midianews. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2022.



DOUGLAS, Joaquim. **Jornalismo:** a técnica do título. Belo Horizonte: Agir, 1966.

GEHRKE, Marília et al. All the president's lies: how Brazilian news media addressed false and inaccurate claims in their titles. **Journalism Practice**, 2023. DOI: 10.1080/17512786.2023.2174579

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2004.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo:** questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

HENRIQUES, Rafael Paes. O jornalismo declaratório e a objetividade jornalística. In: 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais eletrônicos**. SBPJOR, 2020a.

HENRIQUES, Rafael Paes. Entendimento sobre objetividade prejudica a investigação jornalística. **A Gazeta**, Espírito Santo, 25 nov. 2020b. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/artigos/entendimento-sobre-objetividade-prejudica-a-investigacao-jornalistica-1120>>. Acesso em: 20 nov 2024.

HENRIQUES, Rafael Paes. Entendimentos de objetividade entre os jornalistas brasileiros: o que se pretende ser, quando se quer ser objetivo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 17, n. 3, 2021.

KALSING, Janaína. **Jornalistas metrificados e a plataformização do jornalismo**. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LÜCKMAN, Ana Paula. **Jornalismo, conhecimento e contexto:** pensamento complexo para uma atividade em transformação. Florianópolis: Insular, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. Aforizações políticas, mídias e circulação de enunciados. **Linguasagem**, São Carlos, ed. 20, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem texto**. São Paulo: Parábola, 2014.

MANUAL da Redação: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país. São Paulo: Publifolha, 2021.

MARRIOTT, Stephanie. American election night and the journalism of assertion. **Journalism**, v. 8, n. 6, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NASCIMENTO, Leandro et al. “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. **Plural**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2018.

OLIVEIRA, Israel Dias de. **Jornalismo declaratório**. São Paulo: Casa Flutuante, 2018.

PITHAN, Liana Haygert; KALSING, Janaína; EICHLER, Vivian Augustin. A popularização das métricas de audiência nas redações e o jornalismo na condição pós-moderna. In: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: SBPJOR, 2018.

POELL, Thomas et al. Plataformização. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, 2020. DOI: 10.4013/fem.2020.221.01



RECUERO, Raquel et al. Desinformação, mídia social e Covid-19 no Brasil: relatório, resultados e estratégias de combate. Pelotas: MIDIARS, 2021.

REGINATO, Gisele. **As finalidades do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2019.

SANTOS, Yuri Tomaz et al. O imaginário social sobre as mídias noticiosas: impactos do negacionismo de Jair Bolsonaro e do jornalismo declaratório na opinião pública. **Anagrama**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2021.

SARAIVA, Karla; ZAGO, Luiz Felipe. Economia, saúde e políticas do verdadeiro nas declarações de Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ámbitos**, n. 52, 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.12795/Ambitos.2021.i52.08>

SARTOR, Basilio. A noção de interesse público no jornalismo: dimensões conceituais. In: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: SBPJor, 2018.

SILVA, Gabriel Rodrigues da. Jornalismo e desinformação: a cobertura das declarações falsas ou distorcidas do presidente Bolsonaro na Folha de S. Paulo (2019-2021). **Miguel**, Rio de Janeiro, n. 7, 2022. DOI: 10.17771/PUCRio.MIGUEL.61277

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 21, 2003.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade:** além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.